

**À COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DES.  
REGIONAL**

**REQUERIMENTO**  
(Do Sr. Antonio Nogueira)

Requer a realização de audiência pública desta Comissão para conhecer e debater a atuação do Programa Calha Norte.

Senhor Presidente,

O deputado que o subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer, com base no artigo 24, inciso XIV do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública desta Comissão, convidando o Gerente do Programa Calha Norte, Cel. Roberto de Paula Avelino, para explicar sobre as atividades e o alcance social do Programa Calha Norte.

**JUSTIFICATIVA**

Em dezembro de 1985, se originou uma exposição de motivos ao presidente da República, resultante dos estudos realizados por um Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pela então Secretaria de Planejamento e integrado por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios Militares, hoje Ministério da Defesa, e do então Ministério do Interior.

Na época, identificou-se que a região da Calha Norte, delimitada ao sul pela calha do rio Solimões/Amazonas e, ao norte, pela fronteira com os países vizinhos, perfazendo uma área de 1.219.000 km<sup>2</sup>, era de elevada importância estratégica para o país, mas estava relegada ao descaso das autoridades.

Foram identificadas as características da referida área como: extremamente carente de infra-estrutura básica (saúde, educação, transporte, saneamento, comunicações, etc.); baixíssima densidade populacional permeada por imensos vazios demográficos; problemas com narcotráfico e contrabando; problemas com garimpos ilegais; fronteira com cinco países: Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa; grande parte da região com inexpressiva, ou até mesmo ausência, da presença governamental.

O Programa Calha Norte é formado por 14 bases avançadas do Exército, com apoio da Aeronáutica e da Marinha, o Calha Norte abrange 70 municípios brasileiros, 38 dos quais ao longo dos 5.993 km da faixa de fronteira (mais de 1/3 das fronteiras terrestres do país), nos estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá". Sua área de atuação corresponde 14% do território nacional, praticamente inexplorado, esparsamente demarcado, fracamente povoado e praticamente sem vigilância terrestre, onde habitam cerca de 2.300.000 pessoas (apenas 1,2% da população brasileira), incluindo 25% da população indígena do país.

Beneficiam-se do programa os Estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Precisamos conhecê-lo, a fim de que seus objetivos iniciais sejam atingidos e os benefícios alcancem essa região imensa e desprotegida, de população extremamente carente, mas com um potencial também imenso de biodiversidade e riquezas minerais."

Por todo o exposto, pedimos o apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente Requerimento, objetivando buscar soluções para a preservação e continuidade desse importante programa para a região amazônica .

Sala da Comissão, em 25 de maio de 2004.

**Deputado ANTONIO NOGUEIRA**